

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Departamento de Educação

Karina Cristine Borges Mattos

**A inclusão de crianças com Síndrome de Down na  
Educação Infantil**

São Gonçalo / RJ

2016

Karina Cristine Borges Mattos

**A inclusão de crianças com Síndrome de Down na  
Educação Infantil**

Monografia apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do título de Graduado em Pedagogia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Vânia Finholdt Ângelo Leite

São Gonçalo / RJ

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

M444 Mattos, Karina Cristine Borges.

A inclusão da criança com Síndrome de Down na Educação Infantil /  
Karina Cristine Borges Mattos. – 2016.

37f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vânia Finholdt Ângelo Leite.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação inclusiva. 2. Down, Síndrome de. I. Leite, Vânia Finholdt  
Ângelo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de  
Formação de Professores.

**CDU 371**

Karina Cristine Borges Mattos

**A inclusão de crianças com Síndrome de Down na  
Educação Infantil**

Monografia apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do título de Graduado em Pedagogia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Aprovado em:

Banca examinadora:

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Vânia Finholdt Ângelo Leite (Orientadora) – UERJ/FFP

---

Prof<sup>a</sup> Heloisa Josiele Santos Carreiro – Parecerista – UERJ/FFP

São Gonçalo / RJ

2016

## AGRADECIMENTO

Quero agradecer, primeiramente, a Deus que me deu o fôlego de vida e perseverança para eu nunca desistir mesmo quando tudo parecia estar dando errado, Ele era quem me sustentava e me guiava. A Ele eu devo toda honra e toda glória!!!

Agradeço a minha mãe Kátia, que mesmo não estando fisicamente entre nós, está sempre no meu coração, sempre me motivou e acreditou no meu potencial. Tenho certeza que se estivesse viva, estaria orgulhosa de mim. Dedico tudo que fiz e tudo que sou a ela. Se sou apaixonada pela Educação, foi porque aprendi com ela, por ver a dedicação que tinha com seus alunos. Minha mãe, meu melhor exemplo como educadora e mulher.

Agradeço aos meus familiares, principalmente ao meu marido JÓ Emerson, que me aturou em dias de estresse, me acalentou em dias de desespero, me ajudou durante toda a minha jornada na Universidade, ouviu e ajudou em muitas produções, me incentivou e acreditou em mim mesmo quando eu não acreditava.

Quero agradecer muito, também, a minha sogra Gecy, por muitas vezes, me ajudou com meu filho para que eu terminasse minhas produções, me incentivou e acreditou em mim.

Agradeço aos meus amigos em geral, que me motivaram a querer terminar e a querer escrever.

Quero agradecer muito a minha orientadora Vânia, que foi meu porto seguro nas minhas escritas, me motivou mesmo sem saber, pelo entusiasmo que se dedicou a mim. Se não fosse a dedicação dela comigo não sei o que seria de mim. Quero te agradecer pelos ensinamentos, pela incessante busca de querer sempre me ajudar, orientar e mostrar o caminho que eu queria percorrer, mas não sabia como por no papel. Tenho certeza que foi Deus que te colocou no meu caminho, pois eu não sabia nem por onde começar a monografia quando a senhora apareceu na minha vida. Quero agradecer de coração por tudo que a senhora fez por mim e pela contribuição para minha formação. Carregarei como exemplo de profissional que quero seguir. Muito obrigada!!!

Quero agradecer a todos os mestres que tive o privilégio de conhecer durante esses 4 anos de formação, pelo privilégio de aprender e carregar o exemplo em minha formação como profissional e como pessoa.

Quero agradecer à todos que de alguma forma acreditaram em mim!!! Muito obrigada!!

*O Professor que desperta entusiasmo em seus alunos,  
conseguiu algo que nenhuma soma de métodos sistematizados,  
por mais corretos que sejam, pode obter.*

John Dewey

## RESUMO

MATTOS, Karina Cristine Borges. A inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil, 2016. 37 f. Monografia (Curso de Pedagogia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

Nesse estudo analisamos quatro pesquisas sobre inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação infantil com o objetivo de identificar as estratégias utilizadas por professores desse segmento para incluir as crianças de Síndrome de Down que proporcionassem a aprendizagem de todos. Tivemos o intuito de responder a seguinte questão: que ações realizadas pelas professoras são apontadas nos artigos analisados que favorecem a inclusão das crianças na Educação Infantil? Utilizamos alguns autores, como Vygotsky, Campbell, Mantoan, Glat dentre outros, que abordam sobre o assunto o que contribuiu para análise dos artigos. Construímos duas categorias a partir das análises das pesquisas. A primeira *Intervenções e Brincadeira*, que aborda sobre a importância da brincadeira para as crianças com Síndrome de Down e as intervenções do professor nessas brincadeiras. A segunda *Fatores que interferem na prática pedagógica*, aponta as interferências na prática pedagógica que dificultam o trabalho do professor, como a falta de formação do professor e estrutura da escola para receber esses alunos, causando problemas na inclusão das crianças no ensino regular. Constatou-se nas análises que durante as brincadeiras, os professores façam intervenções que possibilitem que elas experimentem outras situações e possam desenvolver social e intelectualmente. A interação das crianças com Síndrome de Down com as outras crianças, ajudam na socialização e no respeito com o outro, o que contribui para o desenvolvimento gradual de todas. Outro fator constatado é sobre o limite dado pelos professores às crianças com Síndrome de Down, mostrando a ela as consequências dos seus atos e o respeito com o outro. É preciso que o professor leve em consideração as potencialidades de cada criança e crie oportunidades para que ela possa mostrar o melhor de si.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Educação Infantil. Inclusão.

## ABSTRACT

In this paper we analyzed four researches regarding the inclusion of Down syndrome children in primary schools aiming to identify the strategies used by teachers of this educational segment to promote inclusion and learning. This paper intends to point out which actions performed by the teachers work in favor of the inclusion of Down syndrome children in the elected segment. Authors such as Vygotsky, Campbell, Mantoan, Glat, among others, were fundamental to this paper due to their approach on the subject of Education and inclusion. The analysis of the four articles led this paper to set, methodologically, two different categories. The first one, *Interventions and Games*, approaches the importance of child's games for the Down syndrome children and the interventions of teachers in those plays. The second category, *Factors of interference in teaching practice*, relates to the difficulties faced by teachers in their pedagogical practice, such as: lack of appropriate academic formation and poor school structure providing ideal conditions for receiving Down Syndrome students, which may become hurdles for inclusion. Moreover, the research analysis stated that during the games in classroom, teachers made interventions that enabled Down syndrome children to experiment situations that could develop their social and intellectual skills. Interaction between Down syndrome children and other children also prompts socialization and help them to be more accepted and respected. Another important aspect of the analysis concerns the limits and boundaries established by teachers to Down syndrome children, showing them concepts of right and wrong as well as respect values and consequences of their own deeds. Overall, the paper finds it mandatory that the teachers take into consideration the potentialities of each child in order to create opportunities so that they can always perform the best of themselves.

Keywords: Down syndrome, Primary Education, Inclusion.

# SUMÁRIO

✚	INTRODUÇÃO .....	9
✚	CAPÍTULO 1: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA : Integração e Inclusão Escolar.....	13
✚	CAPÍTULO 2: O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS .....	19
✚	CAPÍTULO 3: METODOLOGIA .....	23
✚	CAPÍTULO 4: O PROFESSOR E O ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN.....	25
	4.1- Intervenções e as brincadeiras .....	26
	4.2 - Fatores que interferem na prática pedagógica .....	29
✚	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
✚	REFERÊNCIAS .....	36

## INTRODUÇÃO

Nesse estudo analisamos quatro pesquisas sobre inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil com o objetivo de identificar as estratégias utilizadas por professores desse segmento para incluir as crianças de Síndrome de Down que proporcionassem a aprendizagem de todos. Pretendendo mostrar para os professores e para a sociedade o valor e a capacidade dessas crianças, e que é possível desenvolver um trabalho cognitivo e social na Educação Infantil com elas. Parto da minha experiência com essas crianças, como aluna e professora, no qual vivenciei um processo de pseudoinclusão, em que essas crianças estavam presentes na sala de aula mas não realizavam atividades, eram deixadas de lado. No entanto, a permanência dessas crianças provocavam a reflexão sobre a inclusão.

A fase da Educação Infantil é a primeira fase da infância, é o momento de descoberta pela criança do mundo exterior. O conceito de infância se modificou muito de acordo com os tempos, Souza diz que a concepção de infância, hoje em nossa sociedade, reconhece a importância dessa fase:

Onde a criança é vista como sujeito, como aquele que tem o poder de se expressar, manifestando seus gostos, desejos e emoções, é o resultado das modificações da organização da sociedade bem como da construção social e histórica a respeito da criança e do sentimento de infância. (SOUZA, 2014, p.11)

A criança é um ser humano que sente, pensa e produz emoções.

Antigamente, na era medieval, não havia diferença entre crianças e adultos, não havia “o sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem” (SOUZA, 2014,p.11 *apud* ARIÈS et al,2012). As crianças eram inseridas logo no mundo adulto, ela era vista como um adulto em miniatura e a educação delas era simplesmente ignorada.

Ao longo da Idade Média, a criança começava a ser representada de forma diferente, principalmente pelos pintores que registravam as características infantis. A criança começa a sair de seu anonimato. A partir do séc. XIII, começa-se perceber a descoberta da infância com as mudanças com relação a família e a inserção de novos hábitos. Porém, a valorização da infância só ocorre a partir da modernidade, é o “momento em que os adultos passaram a ver a criança com outros olhares, dando-lhe importância que, conseqüentemente, levou-a a ter um

lugar de destaque na família” (SOUZA, 2014, p.12). A criança vira centro da vida familiar e a educação começa a ser uma preocupação. É o momento em que surge as primeiras propostas educacionais para atender as crianças de 0 à 6 anos.

A Educação Infantil passou por muitas transformações até os dias atuais, hoje em dia, essa educação é garantidas por leis, LDB 9394/96 e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), que amparam essas crianças pela obrigatoriedade e permanência na escola. Souza (2014, p.41) diz que “o reconhecimento da criança como cidadã foi crucial para que a Educação Infantil fosse efetivamente reconhecida como uma etapa educacional importante para o desenvolvimento da criança pequena”. A Educação Infantil vem conquistando significativos avanços na educação, além de ter se tornado direito da criança e dever do Estado garantir a permanência delas na escola.

## **INCLUSÃO NO BRASIL**

O direito de todos à educação e a necessidade de construir escolas em que a prática pedagógica seja elaborada para atender as necessidades de todos os alunos, foi discutida e assumida a partir de documentos legais nacionais e internacionais, como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (ESPANHA, 1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

A adequação pedagógica, provoca diferentes formas de aprender e de ensinar para um aluno que tenha algum tipo de deficiência. A inclusão de crianças deficientes no sistema regular de ensino baseia-se na compreensão de educação para todos. Pensando em como realizar da melhor maneira as práticas inclusivas para essas pessoas, de forma a desenvolver suas potencialidades e habilidades, busca-se a qualidade do ensino para todos os alunos, independentemente de terem ou não deficiência. O uso de estratégias de ensino voltadas a diferentes tipos de necessidades especiais de aprendizagem só vem contribuir para o desenvolvimento de todos os alunos envolvidos nesse processo.

Não se pode aceitar que exista uma única forma de ensinar e aprender, em uma escola cada vez mais variada e democrática.

## **CARACTERÍSTICAS DOS PORTADORES DA SÍNDROME DE DOWN**

A Síndrome de Down não é uma doença, “não é progressiva nem contagiosa” (ALVES, 2011, p.17), mas uma modificação do cromossomo 21. Por isso, é uma condição permanente que não pode ser revertida.

Durante a gestação, quando ocorre a divisão celular, surgem 3 cromossomos número 21, o que no normal seriam apenas 2. Esse cromossomo a mais provoca atrasos na aprendizagem e no desenvolvimento social, além de problemas no aparelho digestivo, na coluna, na tireóide, nos olhos, muitas vezes, também, algumas anomalias cardíacas.

Em 1866, Dr. John Langdon Down notou algumas semelhanças fisionômicas em determinadas crianças com atraso mental, utilizou o termo “mongolismo” para descrever essa aparência, porque eles eram considerados seres inferiores. Somente em 1959, o geneticista Jérôme Lejeune detectou que a causa dessa síndrome seria por causa de um erro na distribuição dos cromossomos, as células deveriam receber 46 cromossomos, mas recebem 47, esse cromossomo a mais se liga ao par 21, surgindo o termo Trissomia 21, isto é, o não pareamento dos cromossomos de forma apropriada para os polos na fase denominada anáfase, com isso um dos gametas receberá 2 cromossomo 21 e outro nenhum.

A principal característica da criança com Síndrome de Down é a deficiência intelectual que se diferencia nos variados níveis de aprendizado. Todas as crianças com Síndrome de Down são diferentes umas das outras, porém, podem possuir características semelhantes, tais como: olhos puxadinhos; linha única na palma da mão; baixa estatura; rosto achatado; articulações flexíveis; excesso de pele na nuca; boca aberta, muitas vezes mostrando a língua; orelhas ligeiramente menores e implantadas mais abaixo; boca, mãos e pés pequenos; dedos mais curtos; dedos mínimos das mãos curvos; dedões e segundo dedos dos pés afastados. De acordo com Alves (2011, p.24), “todas estas características são semelhantes, não importando a que raça pertença a criança”.

## **A PESQUISA ESTRUTURADA NOS CAPÍTULOS**

Na pesquisa elaboramos a seguinte questão: Que ações realizadas pelas professoras são apontadas nos artigos analisados que favorecem a inclusão das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil?

Para responder essa pergunta pesquisamos sobre alguns pontos e separamos por capítulo:

O primeiro capítulo aborda sobre *A Educação Inclusiva: Integração e Inclusão escolar*, aponta como deve ser a educação para que todos tenham oportunidade de aprender, os desafios e lutas do processo de inclusão e a diferença entre integração e inclusão (MANTOAN, 2002; CAMPBELL, 2009 e GLAT, 2005).

No segundo capítulo aborda sobre *O brincar na educação infantil e as crianças com necessidades especiais*, se refere a importância do brincar para as crianças sem e com Síndrome de Down que contribua para o desenvolvimento intelectual e social das mesmas.

No terceiro capítulo, é o que se refere a *Metodologia*, que apresenta sobre o meu motivo de abordar esse tema e de como foi realizada essa pesquisa.

No quarto capítulo, denominado *O professor e o aluno com Síndrome de Down*, traz uma análise de quatro artigos (dissertações e teses) que abordam sobre o trabalho do professor de Educação Infantil com crianças com Síndrome de Down. Buscamos identificar as estratégias utilizadas por esses professores com crianças de Síndrome de Down que proporcionam a aprendizagem e a inclusão delas no ambiente escolar.

# CAPÍTULO 1

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Integração e Inclusão escola

Toda criança portadora de alguma deficiência ou dificuldade possui capacidades de aprendizagem diferentes, e tem direito a uma educação de qualidade, que atenda a todas as suas necessidades, como diz Campbell (2009, p.116) "as escolas são construídas para promover educação para todos e, portanto, nenhuma criança deverá ser privada do direito à educação de qualidade, de onde suas necessidades individuais possam ser atendidas". Concebemos qualidade como Soares (2012, p.83) a define:

(...) a escola de qualidade é aquela quem tem como valor fundamental a garantia dos direitos de aprendizagem de seus alunos, dispõe de infraestrutura necessária, ensina o que é relevante e pertinente através de processos eficazes e utiliza os recursos disponíveis, sem desperdícios. Seus professores e funcionários e os pais dos alunos estão satisfeitos e os alunos mostram através de formas objetivas que aprenderam o que se esperava.

Para que a escola possa proporcionar que as crianças aprendam o que se espera em cada ano de escolaridade, respeitando o ritmo de aprendizagem para as crianças com alguma necessidade especial. A instituição deve procurar atender a todas as diferenças, adequando o ensino às necessidades das crianças, respeitando os diferentes tempos e modos de aprender e proporcionando espaços para que os professores reflitam sobre suas práticas. Para que assim, possa oferecer um ensino que atenda a todos os alunos.

Todas as crianças devem ser incluídas na escola regular desde a educação infantil para se desenvolverem, aprenderem e socializarem. A inclusão favorece que elas desenvolvam o respeito uns pelos outros, se houver um trabalho de escola nesse sentido. Além da socialização, a aprendizagem dos conteúdos escolares deve ser uma preocupação dos educadores, pois como diz Mantoan (2002, p.2), "toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte". Os professores precisam buscar maneiras para que o aprendizado chegue em todos os alunos, levando em conta as dificuldades e os limites de cada um, possibilitando o desenvolvimento de acordo com o interesse e a necessidade de cada criança.

A Educação Especial, inicialmente, se configurava como um sistema paralelo e segregado ao sistema de ensino regular, atendendo apenas os alunos com deficiência, distúrbios de aprendizagem/comportamentos e altas habilidades. Porém, não deveria atender apenas essas crianças e sim

deveria ser a modalidade de ensino que abrangesse todos os alunos supracitados, visando ao desenvolvimento dos indivíduos que não se beneficiam significativamente de situações tradicionais de educação em virtude das limitações ou das peculiaridades de diferentes naturezas, pois não só a educação das crianças especiais é um problema, mas também das classes populares e rurais, das crianças de rua, dos presos, dos indígenas, dos analfabetos etc. (CAMPBELL, 2009, p. 136).

Por volta da segunda metade dos anos 90, o Brasil fez opção por um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos e assinar a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Desde então, o sistema educacional passou por transformações norteadas pela ideia da educação inclusiva, tais como: a) a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96; b) os Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, em 1998; e c) as Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica, em 2001, dentre outras.

A Educação Inclusiva pode ser concebida como nos aponta Glat:

Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (GLAT, 2007, p.16).

A proposta da Educação Inclusiva resulta em repensar todas as estruturas que constituem o espaço escolar, a metodologia, a avaliação, as estratégias de ensino, pensando no seu aluno e na sociedade em que a escola está inserida. De acordo com Glat (2005, p.4) significa que “numa escola inclusiva a diversidade é valorizada em detrimento da homogeneidade”. Para que a escola possa ser inclusiva não basta só matricular alunos com necessidades especiais ou ter a presença deles na escola, é preciso proporcionar que a criança aprenda os conteúdos socialmente inseridos na vivência escolar, garantindo a sua permanência e o seu desenvolvimento acadêmico.

Portanto, a Educação Inclusiva é a “inserção de alunos com deficiências ou outras condições que afetem a aprendizagem no ensino regular” (GLAT,2007, p.24), podendo ocorrer em dois modelos educacionais diferentes, isto é, a Integração e a Inclusão Escolar.

O modelo de Integração visa preparar os alunos vindo das classes ou escolas especiais para sua adaptação as classes regulares recebendo, de acordo com suas necessidades, atendimento paralelo em salas de recursos ou em outras modalidades especiais. Esse modelo se desenvolveu a partir da filosofia da normalização, que segundo Glat é

a premissa básica desse conceito é que as pessoas com deficiência têm o direito de usufruir as condições de vida o mais comuns ou normais possíveis na comunidade onde vivem, participando das mesmas atividades sociais, educacionais e de lazer que os demais. (GLAT,2005, p.3)

No modelo da Inclusão Escolar, os alunos, independentes do tipo ou grau da deficiência, devem ser inseridos diretamente nas classes de ensino regular, cabendo à escola a responsabilidade de se transformar, principalmente na flexibilização curricular, para dar respostas educacionais adequadas as suas necessidades. De acordo com Glat, a inclusão

não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. (GLAT, 2005, p.5).

No entanto, muitas escolas, apesar de ter um discurso de valorização da diversidade, não se remodelam na prática, para atingir as especificidades de aprendizagens do desenvolvimento de todos os alunos, deixando a responsabilidade do resultado da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais aos professores do ensino regular e de apoio especializado.

A luta pela inclusão é sustentada pelo motivo de uma melhor qualidade de ensino nas escolas públicas e privada, já dizia Mantoan (2002). Para uma melhor educação, as escolas precisam estar aptas para responder as necessidades de seus alunos individualmente, mas não separando as crianças especiais dos ditos “normais”, pois as crianças que não possuem uma necessidade especial visível ou com laudo médico, possuem outros tipos de necessidades e intervenções pedagógicas.

Os conceitos de integração e inclusão têm significados diferentes, porém são usados como se fossem semelhantes. Mantoan nos aponta a diferença entre eles:

A integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor. Já a inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos. A meta da inclusão é, desde o início não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora. (MANTOAN, s/d, s/p.)

De acordo com Mantoan, a inclusão requer modificações da escola, da prática docente, geralmente conservadora, da gestão autoritária e centralizadora. Por isso, trabalhar com a inclusão não é algo fácil, porque requer mudanças na concepção de escola, de ensino e de aprendizagem.

Além da escola, vivemos em uma sociedade preconceituosa que não aceita as pessoas diferentes dos padrões considerados “normais”, influenciando de forma indireta o comportamento dos alunos. Porém, a permanência dessas crianças, dita como diferentes da normalidade na rede regular de ensino, é garantido por lei (LDB 9394/96). Defendemos que além da garantia legal, todos merecem oportunidade de aprender, reafirmamos que é um direito de todo cidadão.

Atualmente, a Educação Especial tem o papel principal de suprir o que falta no ensino regular para essas crianças portadoras de alguma necessidade especial, para que elas aprendam o que se espera para o ano de escolaridade em que estão cursando. Reafirmamos, que há crianças com necessidades especiais que demandam intervenções diferenciadas, respeito ao seu ritmo de aprender e materiais que possam proporcionar a aprendizagem esperada.

É muito importante o trabalho da Educação Inclusiva nas escolas, pois é o começo para que todos reflitam a respeito dessa temática. De acordo com Glat,

a Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos. (GLAT,2005, p.5)

Um dos grandes desafios enfrentados pelos profissionais da educação é atender a diversidade de alunos, pois nos deparamos com modelos tradicionais de organização do sistema escolar, ficando difícil a aceitação de outras formas de ensino. Ainda existem muitas escolas que não atendem crianças com deficiência por alegarem não terem profissionais qualificados para trabalhar com elas ou alegam que essas crianças terão dificuldades de acompanhar os avanços dos demais alunos e sofreriam preconceitos. Essa recusa pode penalizar a escola comprometendo a sua autorização de funcionamento, porque a lei garante que todas as crianças sejam matriculadas independente das suas necessidades especiais.

Campbell (2009, p.151) diz que “a escola precisa estabelecer práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e que não avaliem para excluir ou categorizar os alunos”. Essa atitude mostra o quanto a prática pedagógica precisa ser revista e modificada. Nas palavras de Campbell

a verdadeira inclusão educacional é uma tarefa possível de ser realizada, mas não por meio dos modelos vigentes de organização do sistema escolar e, sim, pela transformação geral das escolas, visando a atender aos princípios deste novo paradigma educacional. (CAMPBELL,2009, p. 142)

A escola, para muitas crianças, é um dos únicos lugares em que a aprendizagem sistematizada pode ocorrer. A escola é um dos locais em que as crianças poderão conviver com a diversidade e aprender a valorizar o outro, assim como em outras instituições, tais como: religiosas, familiares, recreativas, culturais dentre outras.

A inclusão veio para quebrar padrões e paradigmas de crianças perfeitas, pois todas as crianças possuem uma necessidade, seja socialmente ou fisicamente. O papel primordial da educação é desenvolver cidadãos críticos. Uma criança que tem Síndrome de Down, ou outra necessidade específica, faz parte da sociedade, deve ter o direito de frequentar as escolas regulares e aprender.

Mudar os conceitos tradicionalistas da educação é algo que está sendo feito gradativamente, porém é preciso do apoio e da colaboração de todos, escola, professores, pais e sociedade, para que isso aconteça.

Além dos aspectos citados anteriormente, a inclusão reforça a ideia de que nós educadores precisamos aprender constantemente, estar aberto para lidar com as diferenças e

as dificuldades distintas de cada aluno, porque eles são únicos. Para isso, o trabalho pedagógico precisará ser planejado para atender as necessidades de todos. Por isso, se torna fundamental que os docentes pesquisem, estudem, troquem entre pares, reflitam sobre sua prática. Portanto, invistam em diferentes formas de aprender.

É importante para uma criança portadora de necessidades especiais se relacionar com outras crianças, com ou sem Síndrome de Down, pois assim desenvolverá o respeito as diferenças, a igualdade, os valores, a dignidade e a solidariedade em ambos alunos. A participação dos pais, professores e médicos no ambiente escolar, também, têm grandes influências no seu crescimento intelectual e social. O fracasso escolar não é só consequência da deficiência ou problemas do aluno, mas, também, resultado da desconsideração da diversidade socioeconômico e cultural, com metodologia de ensino inadequada e currículos fechados. Concordo com a afirmativa de Glat que

a maioria dos alunos que fracassa na escola não tem, propriamente, dificuldade para aprender, mas sim dificuldade para aprender da forma como são ensinados. (GLAT,2007, p.25)

A aceitação do diferente é algo gradativo, e ao ser trabalhado esses sentimentos nas crianças "normais" desde pequenas, elas aprendem a reconhecer as potencialidades e as possíveis contribuições das crianças com necessidades especiais para o grupo. A aceitação e a credibilidade dos alunos sem alguma necessidade especial a respeito dos alunos especiais é fundamental para o processo de inclusão.

Entender que as crianças portadoras de necessidades especiais são crianças com o direito de aprender como todas as outras é um dos passos para a inclusão.

## CAPÍTULO 2

### O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL e as CRIANÇAS com as NECESSIDADES ESPECIAIS

Nesse tópico vamos abordar sobre a importância do brincar na Educação Infantil para todas as crianças, inclusive e principalmente para as de Síndrome de Down.

O brinquedo e o brincar sempre estiveram presentes nas etapas da vida da criança, porém se apresenta de formas e graus de dificuldades diferentes e de acordo com a necessidade de cada etapa.

Por muito tempo, o brinquedo, a brincadeira e o ato de brincar, foram vistos como "perda de tempo", uma distração, hoje em dia é visto como Freitas descreve:

A brincadeira constitui atividade fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, considerando o desenvolvimento de sua identidade, de sua autonomia, da aprendizagem, da personalidade, dentre outros aspectos. É através do brincar que a criança se expressa, ou seja, desenvolve sua comunicação, além de sua cognição, motricidade e socialização. (FREITAS, 2010, p. 19)

Concordamos com Freitas quando aponta todos os benefícios da brincadeira, principalmente para as crianças incluídas na Educação Infantil.

Na infância, a brincadeira se apresenta de forma sistemática, ou seja, ela está presente em todo o cotidiano da criança nessa fase. É durante as brincadeiras ou no ato de brincar que as crianças expressam suas emoções, seus anseios, suas dúvidas, além de desenvolverem intelectualmente e socialmente. Nesse sentido, Freitas acrescenta que

Independentemente do lugar em que o brincar é realizado, esta atividade continua sendo a principal fonte de estímulo para o desenvolvimento da criança de modo geral, uma vez que tem influência sobre os aspectos afetivo, cognitivo e social. (FREITAS, 2010, p. 24)

Pelo fato de envolver os aspectos afetivos, cognitivos e sociais, é importante que os professores estejam atentos nos sinais que os alunos demonstram durante as atividades lúdicas, para que assim possam mediar a integração de todos.

Vygotsky (1991) explica que a criança, quando pequena, tende a satisfazer seus desejos imediatamente e, quando chega à pré-escola<sup>1</sup> (infância), onde há uma grande quantidade de desejos, estes não podem ser realizados de imediato, então, esses desejos são

---

<sup>1</sup> Mantivemos pré-escola devido a época em que o autor escreveu o texto.

envolvidos em um mundo imaginário, no qual os desejos não realizados podem ser satisfeitos através da brincadeira. Nas palavras do autor, “a imaginação, nas crianças em idade de pré-escolar, é o brinquedo sem ação.” (VYGOTSKY, 1991, p.62)

Assim como a imaginação, o brinquedo também é fundamental para essa faixa etária como nos aponta Rego (2009, p.81) “através do brinquedo, a criança aprende a atuar numa esfera cognitiva que depende de motivações internas”. Ele tem grande influência no desenvolvimento da criança, porque a partir do brinquedo, em uma situação imaginária, ela estará desenvolvendo habilidades para agir em uma situação concreta.

Rego (2009, p.82) acrescenta ainda que “a criança brinca pela necessidade de agir em relação ao mundo mais amplo dos adultos e não apenas ao universo dos objetos a que ela tem acesso”. Ao brincar de boneca ou de casinha, a criança usa do imaginário para suprir o que não pode fazer no real, pois uma criança não pode cuidar de um bebê ou até mesmo dos afazeres de casa como, por exemplo, cozinhar. Ao brincar ela tenta solucionar o desejo de realizar essas atividades, tentando habitar em um meio que não a pertence utilizando dos brinquedos.

Assim como as demais crianças, as crianças com Síndrome de Down necessitam do brinquedo para seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social, principalmente se houver uma interação com outras crianças.

Em relação à interação, Vygotsky (1991) apontou que o desenvolvimento intelectual dos sujeitos tem por base a relação destes com o meio. Todas as crianças utilizam o brinquedo para se relacionar com o meio social e cultural. Ao brincar, elas atuam na zona de desenvolvimento proximal, ou seja, elas usam do que já sabem para experimentar outros desafios com o auxílio de outros, o que contribui para seu desenvolvimento social, afetivo, psicológico e intelectual.

Assim como todas as crianças, a criança com Síndrome de Down precisa socializar-se e manter-se junto com outras crianças para que possa brincar. É fundamental que na Educação Infantil seja proporcionada momentos em que ela possa brincar de faz de conta, onde ela pode imitar a profissão de seus pais, como por exemplo, observamos filhos(as) de pais que trabalham na área de transporte rodoviário, se identificarem com caminhõezinhos, ônibus de brinquedo. Assim como meninos(as) se identificam com bonecos(as) e as tratam como se fossem filhos(as) e as acolhem como se houvesse sentimentos por eles(as). Com base nessas

observações e o apontamento de Vygotsky, percebemos que o brincar introduz a criança ao meio, trazendo-a ao contexto social e não apenas de entretenimento. É relevante o acompanhamento comportamental individual de cada uma, pelo profissional, pois não há um protocolo a ser seguido, cada criança tem suas peculiaridades e a sensibilidade durante as brincadeiras.

O brincar, o brinquedo e o jogo são importantes para todas as crianças, mas principalmente para as crianças que tem um desenvolvimento diferenciado, assim como as crianças com Síndrome de Down, pois essas atividades desenvolvem aspectos que caracterizam a criança individualmente, além de ajudar a desenvolver comportamentos que as levam a quebrar barreiras de sua deficiência.

O brinquedo proporciona um estímulo e contribui para romper as dificuldades dessa síndrome. Por isso, os pais, responsáveis e profissionais de educação precisam oferecer brinquedos e oportunidades para brincadeiras como uma forma de integrar as crianças na sociedade. Freitas (2010, p.43) diz que “é preciso que se faça uso do brinquedo de maneira coerente, direcionando o brincar, ensinando a manusear o objeto e planejando-se a atividade”. Todas as crianças são capazes de utilizar os brinquedos, cada um do seu jeito ou com o auxílio de uma criança mais velha ou um adulto.

Ao brincar, as crianças com Síndrome de Down possuem um certo atraso em relação as outras crianças, geralmente, elas precisam de mais tempo para explorar o brinquedo e de intervenção de um adulto para estimular diferentes formas de brincar, levando-as a cada vez mais desenvolver suas potencialidades. Freitas ressalta que:

Mesmo que a criança com síndrome apresente certa dificuldade em relação aos conteúdos simbólicos durante as brincadeiras, é importante se ter em conta que tipo de estimulação ela recebeu ao longo de sua vivência, se a educação que se deu a ela permaneceu apenas no nível das funções elementares ou se buscou o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, tais como o raciocínio lógico. (FREITAS,2010, p.45)

É importante saber escolher o brinquedo para estimular essas crianças, pois precisam ser adequados as suas necessidades e ao seu desenvolvimento, para levá-las a ter experiências de vida. Freitas (2010, p.45) destaca “que a criança com Síndrome de Down é capaz de desenvolver suas funções psicológicas superiores e no momento da brincadeira ela poderá aperfeiçoar, bem como desenvolver seus aspectos sociais”, de atividades lúdicas, com atenção

no planejamento e nas orientações, porém não negar a criança a exploração espontânea do brinquedo.

O brincar é necessário tanto para a aprendizagem quanto para o processo de ensino, no que se refere ao universo da escola inclusiva, Freitas aponta que o brincar:

Poderá favorecer o aumento do desempenho das crianças com necessidades especiais, tendo como uma de suas funções a de facilitar o envolvimento da criança com os demais companheiros escolares, sem estas necessidades, permitindo, assim, que seja desenvolvido o sentimento de pertença ao grupo social, fundamental à inclusão. (FREITAS,2010,p.46)

O brincar no ambiente escolar deve desenvolver o sentimento, em todas as crianças, de pertencerem ao mesmo grupo social, quando isso ocorrer poderemos avançar na inclusão de todos.

## **CAPÍTULO 3**

### **METODOLOGIA**

O tema “Síndrome de Down na Educação Infantil” foi escolhido para ser pesquisado porque tive algumas experiências, como aluna e como professora de Educação Infantil. Naquela ocasião, observei que as crianças portadoras da Síndrome de Down eram deixadas de lado e vistas como doentes mentais que não serviam para nada. A partir do momento que as conheci, pude ver que essas crianças, quando eram estimuladas, poderiam aprender, mesmo que fossem em um ritmo diferenciado.

Hoje percebo que vivenciei um processo de pseudoinclusão, como nos aponta Campbell:

Situações de pseudoinclusão acontecem quando o aluno, embora presente em sala de aula, não participa das mesmas atividades pedagógicas ou lúdicas em sua turma, sendo deixado à parte. (CAMPBELL, 2009, P.115)

Era isso que acontecia com as crianças descrita anteriormente, pois elas estavam presentes na sala de aula, mas não realizavam atividades junto com as crianças, não eram estimuladas e muitas vezes, deixadas de lado.

Esse trabalho pretende mostrar para os professores e para a sociedade o valor e a capacidade dessas crianças, que é possível desenvolver um trabalho cognitivo e social na educação infantil com as elas.

A pesquisa contou com a contribuição de autores, como Campbell (2009), Alvez (2011) e Mantoan (2002) que apontam que todas as crianças com alguma necessidade especial podem e devem se relacionar com outros alunos da escola regular, de modo que se promova a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal e social de todos.

Realizamos uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo e colaboradores:

A pesquisa qualitativa responde a questões particulares. [...] Ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2010, p.21-22)

Nessa perspectiva, nós nos preocupamos em buscar compreender como os professores incluem as crianças de 2 a 5 anos com Síndrome de Down nas escolas regulares. Para isso, fizemos um levantamento de textos no site *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e no GOOGLE que abordassem a temática da inclusão de crianças com Síndrome de Down de 2 a 5 anos. Essa busca foi realizada com as seguintes palavras-chave: Síndrome de Down e Educação Infantil. Encontramos 30 artigos e 5 teses que tratavam desse tema. Desses textos, selecionamos os seguintes: TURETTA (2012), CARDOSO e SANTOS (s/ano), LUIZ (2013) e DIAS (2012). Sabemos que temos um número reduzido de textos para que possamos responder a questão de pesquisa. No entanto, consideramos que esse será um estudo inicial sobre a inclusão e pretendemos nos aprofundar em outros cursos de especialização.

Esses artigos foram selecionados, pois tratam da interação do aluno com Síndrome de Down na escola regular de Educação Infantil, abordam o trabalho e a formação do professor de Educação Infantil, mostram as dificuldades encontradas pelo professor ao trabalhar com essas crianças devido a formação e a estrutura escolar.

Lemos todo material na íntegra e chegamos nas seguintes categorias: a) Intervenções e brincadeiras; b) Fatores que interferem na prática pedagógica.

Na primeira categoria “Intervenções e brincadeiras”, constam os dados que se referem aos encaminhamentos que os professores podem realizar com as crianças para que favoreçam a aprendizagem delas durante as brincadeiras e outras atividades.

Na segunda categoria “Fatores que interferem na prática pedagógica”, estão os dados recorrentes encontrados nas pesquisas analisadas que apontaram as interferências na prática pedagógica de diferentes ordens, tais como: concepção dos professores, saberes docentes, formação, trabalho coletivo na escola dentre outros.

Na pesquisa levantamos a seguinte pergunta: Que ações realizadas pelas professoras são apontadas nos artigos analisados que favorecem a inclusão das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil?

Ao analisar esses artigos, buscamos identificar as estratégias utilizadas por professores de Educação Infantil com crianças de Síndrome de Down que proporcionam a aprendizagem e a inclusão delas no ambiente escolar que serão apresentados no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 4

### O PROFESSOR E O ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

Esse capítulo pretende abordar sobre o trabalho do professor de Educação Infantil quando se tem um aluno com Síndrome de Down em sua sala de aula, partindo das análises dos dados coletados nas pesquisas indicadas no capítulo anterior.

Sabemos que a inclusão dessas crianças em classes regulares é garantida por leis (LDB 9394/96) e pela Declaração de Salamanca, porém o decreto 7611/2011, no artigo 3º diz sobre o objetivo do atendimento educacional especializado que é:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (DECRETO 7611,2011, art.3º)

A permanência das crianças com Síndrome de Down em contato com outras crianças de sua idade proporcionará o desenvolvimento de suas habilidades podendo, futuramente, exercer uma profissão. Favorece também que as outras crianças possam aprender com elas e com as diferenças, e assim haverá uma troca de sentimentos entre elas, desenvolvendo o respeito e a aceitação pelos outros.

Consideramos que a escola contribui para que a criança construa sua vida social, intelectual e afetiva, pois ela participa de outras instituições que também nesse aspecto. Na escola ela dará continuidade ao seu desenvolvimento que foi iniciada na família e nas outras instituições.

É esperado que as escolas se organizem a ponto de se prepararem para receber uma criança especial, de dar o suporte necessário para o professor, para a criança e para os pais. É na escola que se começa a inclusão, a aceitação do diferente.

#### 4.1 - INTERVENÇÕES E AS BRINCADEIRAS

A brincadeira é algo que está presente na vida de uma criança na Educação Infantil. Destacamos nas análises, a importância do faz de conta para todas as crianças pelo fato de proporcionar que elas deem significados diferentes ao significado real do objeto. Uma das pesquisadoras, Turetta destaca que

os jogos de imaginação permitem à criança desprender-se do real, testar possibilidades além de seu nível de desenvolvimento e ocupar espaços que lhe seriam vetados na vida real. (TURETTA,2012, p.25)

Ao usar a imaginação, a criança vivencia e aprende várias coisas, pois através do faz de conta ele supre suas necessidades e adquire experiências. Outra pesquisadora, Dias completa:

os jogos e brincadeiras abundam no Jardim de Infância e são estratégias metodológicas que privilegiarão a construção do conhecimento. Proporcionam a aprendizagem através de materiais concretos e de atividades práticas, onde a criança cria, reflete, analisa e interage com seus colegas e com o educador. (DIAS,2012 p.88)

Ao brincar a criança desenvolve a capacidade de imaginar, de criar, de se relacionar, de confiar no outro. Na brincadeira as crianças, segundo Vygotsky, reproduz as atividades dos adultos que se relacionam e ensaiam seu futuros papéis e valores. “Ao brincar, a criança está sempre acima da própria idade, acima de seu comportamento diário, maior do que a realidade” (Vygotsky, 1991, p.85), gerando oportunidades do desenvolvimento intelectual.

Além da importância do faz de conta, os dados nos indicam sobre o tipo de intervenção das professoras nos horários das brincadeiras. A professora nessa atividade precisa ficar atenta nas interações das crianças e nos papéis desempenhados por elas. A pesquisadora Turetta (2012), observou que uma criança com Síndrome de Down (Ana), que desempenhava sempre o papel de bebê nas brincadeiras com sua turma e não lhe davam oportunidade de mudar e/ou experimentar outro papel. Trazemos um extrato que ilustra essa situação:

Nas brincadeiras Ana se envolve constantemente com jogos de faz de conta, mas não tem liberdade para fazer escolhas. Em muitas das situações observadas, principalmente no parque, os colegas impõem-lhe o que deve fazer – correr, subir no gira-gira ou no balanço. Por vezes, ela reclama, chora ou até cai. Essa imposição também acontece em relação aos papéis assumidos em situação de faz de conta; ela é sempre a bebê que precisa ser

cuidada, repreendida e corrigida pela mamãe ou por outros personagens. Em geral não tem oportunidade de participar de ações imaginativas interessantes e agradáveis. (TURETTA, 2013, p.31)

O fato das professoras não possibilitar a mudança dos papéis dessa criança com Síndrome de Down, dificultam o aproveitamento dessa situação para o seu desenvolvimento. É importante que haja a troca de aprendizagem entre as crianças, pois quanto mais a criança com Síndrome de Down estiver junto com outras crianças e recebendo estímulos, isso favorecerá em seu desenvolvimento intelectual e social, assim como as outras crianças aprenderão com ela, porque o processo de aprendizagem é uma via de mão dupla.

Para Turetta a brincadeira proporciona que:

as crianças sejam desafiadas a avançar no funcionamento imaginativo e na capacidade de abstrair e criar, superando assim os limites do imediatamente vivenciado e percebido e elevando as formas de pensamento. (TURETTA, 2012, p.32)

Na imaginação, a criança está sempre a frente da sua capacidade fazendo com que se supere a cada instante que se brinca. A interação das crianças com Síndrome de Down com as outras crianças, ajudam na socialização e no respeito com o outro, além de ser importante no desenvolvimento pessoal. Vygotsky aponta que:

O aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em operação com seus companheiros. (VYGOTSKY, 1991, p.60)

A interação com os outros proporciona o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, porque ela terá oportunidade de aprender as normas e as regras de comportamento social, como por exemplo, saber a sua vez, dividir, fazer fila, sentar etc. Além disso, a interação entre as crianças favorece a aprendizagem de todos em relação aos conteúdos escolares. A interação faz parte de um desenvolvimento que é produzido gradativamente, e as pessoas envolvidas operam influência uma sobre a outra, interferindo na sua formação cognitiva e emocional. Essa interferência bilateral permite mudanças e, por conseguinte, construção, desenvolvimento do conhecimento e afetividade entre os participantes. É por intermédio da interação que cada um permite e experimenta a confiança em si e, principalmente, no outro de acordo com as atividades propostas durante o ensino e as situações cotidianas de sala de aula.

Ainda em relação a brincadeira, os dados apontaram que algumas professoras não compreendem a fala das crianças com Síndrome de Down. Por isso, acham que ela não aprendeu e não sabe opinar sobre o tipo de brincadeira. No entanto, existem outras formas de saber se a criança aprendeu e o que ela prefere brincar. Além disso, Luiz (2013, p.77) nos aponta que “ao contrário da concepção das professoras, essas crianças apresentam uma compreensão bem melhor do que as que produzem verbalmente”.

Assim, para que o professor possa fazer intervenções, é necessário que ele lide com a diferença, considerando que todos têm suas potencialidades e dificuldades diferentes um do outro, é preciso criar oportunidades para essas potencialidades sejam vistas e desenvolvidas. Concordamos com o que a pesquisa de Dias aponta:

a educação de uma criança com SD tem a mesma finalidade da educação de qualquer outra criança, ou seja, é necessário dar-lhe todas as oportunidades e todo o apoio necessário para que possa desenvolver as suas faculdades cognitivas e sociais até o máximo que lhe for possível. (DIAS, 2012, p.99)

Portanto, o educador precisa focar seu olhar para as potencialidades do aluno com Síndrome de Down, e não as suas limitações. Não é papel do educador determinar até onde o aluno pode ir, nem impor seu pensamentos exclusivos e cheios de estigmas sobre o aluno. A diversidade existe em toda sala de aula, seja entre alunos com deficiência ou alunos comuns. O papel do educador é mediar de acordo com a necessidade de cada criança.

Ainda em relação as potencialidades dos alunos, Luiz aponta que

lidar com a inclusão de crianças com SD envolve outras questões que vão além da formação universitária, como por exemplo, estar aberto a mudança, ter interesse em enfrentar novos desafios e, principalmente conseguir ver o aluno com SD como uma criança que está ali para aprender, da mesma forma que os demais.(LUIZ, 2013, p.114)

Acrescentamos, algumas intervenções que Dias cita que poderiam ser realizadas por parte do educador, são elas:

a) promover a participação da criança em atividades de grupo; b) dinamizar a interação, inter-relação comunicativa entre a criança, os companheiros e os outros adultos; c) trabalhar em equipa com a família e outros técnicos envolvidos na educação da criança; d) manifestar uma atitude positiva e de aceitação perante o grupo. (DIAS,2012, p.94)

Essas são algumas das intervenções que poderão contribuir para o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, pois a incentiva e a motiva, além de criar situações

agradáveis para a criança desenvolver uma boa convivência social. Em relação as intervenções (a), (b) e (c) consideramos que a brincadeira é uma das formas para que os educadores possam colocá-las em prática.

Outra intervenção que os dados nos apontaram foi em relação aos limites as crianças com Síndrome de Down, as professoras podem dar e devem dar limites. Não podem deixar de corrigir o aluno com Síndrome de Down, somente pelo fato de não se comunicarem como as outras crianças. Um relato de Luiz exemplifica a atitude da professora:

Professora e alunos estavam em uma sala onde há uma piscina de bolinhas. As crianças se jogavam dentro da piscina, sem se preocupar com as crianças que estavam lá dentro. Muitas caíam em cima de outras crianças, levando a professora a chamar atenção de todos para isso. As crianças continuaram a pular, sem se preocupar com os colegas que estavam na piscina, até que uma criança se machucou. A professora retirou um aluno da piscina e o colocou de castigo, pensando ser ele o responsável de ter machucado o colega. A criança machucada disse à professora que quem o machucou foi o aluno com SD, e não aquele que estava de castigo. A professora, então, retirou o aluno do castigo, mas nada fez com a criança com SD. (LUIZ, 2013, p.77-78)

Ao agir dessa forma essa professora, além de não estar dando limites para essa criança com Síndrome de Down, está tratando-a de forma diferenciada, levando as outras crianças terem atitudes negativas com ela e, ao contrário também, pois essa criança com Síndrome de Down não saberá respeitar o outro. Essa professora estará prejudicando toda a turma no que se refere ao lidar com o diferente, o respeito de ambas as partes e até no relacionamento entre eles.

#### **4.2 - FATORES QUE INTERFEREM NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

A análise das pesquisas nos indicam que as professoras observadas que possuem em sua turma alunos com Síndrome de Down, apontaram alguns fatores que dificultam o trabalho na sala de aula.

O primeiro se refere as intervenções que poderiam fazer com as crianças com Síndrome de Down. As docentes entrevistadas falam que não sabem o que fazer com ela, porque não tem conhecimento básico sobre a deficiência e nem contam com a ajuda de um profissional.

Se por um lado, essa dificuldade pode existir entre as professoras, pois “todo o seu empenho na universidade foi voltado para o estudo do desenvolvimento de crianças consideradas “normais” (LUIZ,2013,p.82). O currículo na formação de professores em séries

iniciais contém pouco estudo referente a educação especial, ficando uma formação falha, necessitando de complementos formativos.

Por outro lado, consideramos que cabe as escolas promoverem a formação contínua de seus professores a partir das demandas que a inclusão suscita. É importante criar na escola um espaço que favoreça um processo de aprendizagem docente no qual os professores possam refletir e construir intervenções para propiciar a aprendizagem das crianças. Além dos conhecimentos didáticos trabalhados na formação com os professores, “é necessário que os educadores desenvolvam atitudes sociais favoráveis à inclusão”. (LUIZ, 2013, p.88 *apud* DE VITTA et al, 2010; OMOTE et al, 2005).

No entanto, as pesquisas de Turetta (2012), Aranha (2004), Ferreira e Ferreira (2004) apontam que ainda não temos um trabalho coletivo na escola, na pesquisa de Turetta (2012) as professoras ressaltaram que a única oportunidade que se tem na escola são breves trocas de informações em reuniões, sem a presença da coordenadora pedagógica, além de não terem professoras auxiliares e nem orientações dos setores especializados.

Consideramos que além desses espaços de formação, o professor precisa investir na sua autoformação, isto é, detectar quais são suas necessidades e dificuldades, buscando saná-las com estudo, cursos e trocas entre pares. Cardoso diz que:

Por mais que o professor carregue uma bagagem de experiências, é necessário que ele esteja investindo em sua formação continuada porque não basta apenas compreender o processo da inclusão é preciso estar preparado para assumir uma postura criativa diante dos problemas que frequentemente irão surgir. (CARDOSO, 2012, p.8)

O professor precisa estar disponível para novos aprendizados, mesmo tendo anos de experiência na área, deve sempre procurar a se preparar para os desafios, pois eles se renovam a cada ano.

A segunda dificuldade é o fato das crianças com Síndrome de Down apresentarem uma dependência maior que os outros alunos, sobrecarregando as professoras e algumas vezes, desmotivando-as. Isso pode ser evidenciado na pesquisa de Luiz:

as professoras tinham o conteúdo curricular a ser cumprido, as mesmas se viram na condição de ter que dividir seu tempo entre atender as necessidades básicas da criança com SD e desenvolver as atividades programadas com os demais alunos, fazendo com que elas se sentissem frustradas e insatisfeitas com o seu trabalho, deixando a desejar com relação ao cumprimento de suas funções em sala de aula. (LUIZ, 2013, p.75).

Além dos fatores apontados anteriormente, Luiz acrescenta mais um fator que interfere a prática docente, isto é, o cumprimento de metas que responsabiliza somente o professor pelo sucesso ou não do desempenho de seus alunos. Isso gera uma frustração e insatisfação nos docentes que não conseguem atingir suas metas na educação, por falta do “despreparo da escola para receber o aluno especial” (Turetta, 2012, p.32), responsabilizando o professor “pelo sucesso ou não da experiência escolar” (Turetta, 2012, p.33).

Outro fator que interfere no trabalho pedagógico dos professores se refere a concepção deles em relação a capacidade das crianças incluídas. O educador precisa refletir sobre seus valores e a forma como enxerga seus alunos com Síndrome de Down, pois é a partir desse que se determina como a inclusão será realizada em sua sala de aula.

Há entre as professoras o descrédito de que o aluno com Síndrome de Down seja capaz de aprender e se desenvolver como as outras crianças, devido a lentidão nas realizações das atividades e no pouco rendimento que produzem. Muitas professoras acreditam que essas crianças possuem uma capacidade de aprender limitada, e quando se chega a determinado limites, elas não avançam mais. Quando o professor tem essa concepção, ele acaba limitando sua intervenção ao aluno com Síndrome de Down e interferindo negativamente na vida educacional e social dessa criança, como nos aponta Luiz: “quando o professor não acredita na capacidade do aluno, ele deixa de intervir em sua aprendizagem” (LUIZ, 2013, p.77).

Não concordamos com essa postura dos professores, pois consideramos que os docentes precisam focar nas possibilidades de cada criança. Todas elas têm potenciais e necessidades diferenciadas. Os professores precisam romper com o conceito de identidade que está associado à homogeneidade e dar oportunidade de cada uma mostrar o melhor de si.

Outro fator é o abalo da identidade que a inclusão causa nos educadores, pois ao ter um aluno especial em sua sala, o educador sente a necessidade de pesquisar formas para assim atingir seus objetivos com essa criança, não se esquecendo da turma. A professora muda toda a forma de trabalho para atingir ao máximo todos os alunos em sua sala de aula. Como diz LUIZ (2013, p.94 *apud* GLAZZARD, 2011; ANJOS et al, 2009):

o aluno com deficiência ameaça o desempenho e a identidade do bom educador, já que o professor, diante dele, percebe que é preciso desenvolver novas capacidades e novos modos de pensar, que até então era automático e tecnicista. (LUIZ, 2013, p.94 *apud* GLAZZARD, 2011; ANJOS et al, 2009):

A inclusão vem mostrar para o professor que ele não detém todos os conhecimentos, que precisa aprender sempre. Como nos dizia Freire (1996, p.14) “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, o professor deve estar em constante formação, pesquisando, refletindo sobre sua pesquisa, sempre buscando novos caminhos de aprendizagem e refletindo sobre.

Os professores estão sendo “obrigados” a aprender outras formas de ensinar para que possam fazer ocorrer a inclusão em sua sala de aula, estão sendo levados a sair da sua zona de conforto, Luiz diz mais:

Sair desse padrão requer do professor um novo conceito do ato de ensinar, que abranja muito mais do que transmitir conhecimento. (LUIZ, 2013, p.114)

A inclusão tem provocado o educador a pensar em novos instrumentos, a mudar sua maneira de ensinar, conhecer outros caminhos que não seja o que ele está acostumado, e a refletir sobre sua prática. Cardoso afirma que:

O professor que atende uma criança com Síndrome de Down precisa estar consciente de sua responsabilidade e da importância de seu papel na aprendizagem e na vida desses educandos. (CARDOSO, s/ano, p.10)

O professor é o responsável por incluir esses alunos em sua sala de aula e conseqüente, provoca a reflexão sobre a inclusão na sociedade. A escola tem o papel muito importante no desenvolvimento intelectual e social das crianças com Síndrome de Down.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de todas as crianças especiais está garantida pela lei LDB 9394/96 no inciso III que assegura o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Porém, essa inclusão tem ficado apenas no papel em alguns estabelecimentos, devido à falta de estruturação dos espaços escolares e falta de uma formação continuada na escola que proporcione a aprendizagem de todos em relação as necessidades das crianças atendidas como constatamos nas análises das pesquisas.

Reafirmamos o quanto às brincadeiras, por ser uma atividade predominante na Educação Infantil, são momentos fundamentais para que o professor possa incluir todas as crianças. No faz de conta elas podem imaginar, assumir papéis desejáveis na vida real, desenvolver intelectualmente e socialmente.

As pesquisas analisadas propõem que, durante as brincadeiras, os professores façam intervenções que possibilitem as crianças experimentarem outras situações, para que assim todas tenham uma possibilidade de aproveitamento de aprendizagem, recebendo e dando estímulos, além de favorecer o desenvolvimento pessoal e o respeito ao outro.

É importante que o professor ao fazer suas intervenções, leve em conta as potencialidades, as habilidades e as dificuldades de cada criança. A forma como o docente realiza essas intervenções poderá contribuir para o desenvolvimento de todas as crianças, principalmente as com Síndrome de Down, levando-as a participar de situações agradáveis e desenvolver uma boa convivência entre elas.

Outra intervenção apontada é sobre o limite dado pelo professor às crianças com Síndrome de Down, ele deve e pode dar limites a essas crianças. Dar limite é mostrar a criança as consequências que cada ato pode acarretar e desenvolver o respeito com o outro. Assim como as outras crianças, a criança com Síndrome de Down tem uma identidade a ser desenvolvida.

Encontramos nos artigos analisados, alguns fatores que interferem na inclusão da criança com Síndrome de Down, que são relacionados aos aspectos pessoais e aos estruturais.

Com relação aos aspectos pessoais, para que ocorra a inclusão das crianças com Síndrome de Down em escola ou creches regulares é necessário que o professor tenha

abertura para lidar com o diferente, com as suas fragilidades pessoais, pedagógicas e didáticas de não saber intervir com as crianças com necessidades especiais. É preciso, também, que o educador busque atividades que o leve a complementar sua formação, que tenha espaço na escola/creche de refletir sua atuação e construir intervenções que atenda às necessidades das crianças.

Com relação aos aspectos estruturais, muitas escolas, ainda, não estão preparadas para receber uma criança com necessidades especiais, como por exemplo, poucas escolas têm rampas para facilitar o acesso de um cadeirante aos ambientes escolares. A falta de estrutura física dificulta o trabalho e intervenção do professor.

Outro fator é referente ao currículo escolar, cabe ao professor adequar o currículo para a criança com necessidade especial, mas nem sempre o professor está preparado para fazer tal atividade. Por isso, algumas vezes, deixa o aluno com Síndrome de Down de lado, negando a oportunidade da criança mostrar suas potencialidades e habilidades. Isso fica evidente no que Cardoso diz:

O professor que atende uma criança com síndrome de Down precisa estar consciente de sua responsabilidade e da importância de seu papel na aprendizagem e na vida de seus educandos, pois, a educação é o meio pelo qual se faz a construção da tal almejada sociedade para todos e uma sociedade em que todos, inclusive os que possuem SD são iguais no que diz respeito ao dever e ao direito que ele possui dentro da sociedade. (CARDOSO, s/ano, p.10)

Concordo com Cardoso, pois se a escola é reflexo da sociedade, a inclusão começa dentro da escola e com a aceitação das famílias.

Muitos profissionais, não acreditam nas potencialidades e habilidades de uma criança com Síndrome de Down, focando apenas em suas limitações e dificuldades. É preciso que os profissionais rompam com esse descrédito com a criança e criem oportunidades para que elas possam mostrar o melhor de si. Além disso, é necessário que os profissionais que atendem as crianças com Síndrome de Down, respeitem suas particularidades e suas necessidades, como por exemplo, que elas possam dormir quando sentirem sono e não só nas horas determinadas pelo estabelecimento.

Essa monografia se limitou a análise de 4 pesquisas, por isso o que apontamos acima, precisa ser investigado mais profundamente quando estivermos em curso de especialização

sobre o tema. Consideramos que se ampliarmos as análises com outras pesquisas, poderemos ter outras categorias e fatores que favorecem a inclusão.

Ainda, ficam algumas questões: qual o papel da família e dos profissionais que atendem a criança no processo de inclusão? Como formar parcerias com a escola/creche? Essas são algumas das questões que poderão ser analisadas em futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Fátima. *Para entender Síndrome de Down*. 2ª ed. , Rio de Janeiro. Wak ed., 2011
- ARANHA, M.S. Educação inclusiva: transformação social ou retórica? In Omote, S.(org.) *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: Fundepe, 2004.
- Brasil. Ministério da Educação *Decreto7611*, de 17 de novembro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm) Acesso em: 05 março 2016, as 00h50min
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Secretaria de Educação Especial – MEC, SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> . Acesso em: 05 março 2016, as 1h45min.
- \_\_\_\_\_. Ministério de Educação e do Desportos.Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília:MEC/SEF, volume 3, 1998; Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf> . Acesso em: 05 março 2016, as 2h25min.
- \_\_\_\_\_.*Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei nº 8.069/90*, de 13 de julho de 1990.
- \_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Lei nº 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm) Acesso em: 05 março 2016, as 1h00min.
- CAMPBELL, Selma Inês. *Múltiplas faces da Inclusão*. Rio de Janeiro: Wak Ed. , 2009.
- CARDOSO, Carmélia Francisca; SANTOS, Raquel Francisca dos. *Inclusão de Crianças com Síndrome de Down na Educação infantil*. Disponível em : <http://enalic2014.com.br/anais/anexos/7984.pdf> Acesso em: 13 jan 2016, as 14h34min.
- DIAS, Joana Filipa dos Santos Rodrigues. *O papel do educador na inclusão da criança com síndrome de down no Jardim de infância*.Dissertação ( Mestrado em Ciências da Educação)- Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa,2012.
- DUARTE, Rosália. *Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo*. Cadernos de Pesquisa, n.115, 2002.
- FERREIRA, J. R.; FERREIRA, M. C. C. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (orgs.). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger *.Interação social entre pares: a importância do brincar para a inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down*.2010.157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, 2010.
- FREIRE,Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996
- GLAT,Rosana. FERNANDES, Edicléa Mascarenha.*Da Educação segregada à Educação Inclusiva:Uma Breve reflexão sobre os paradigmas Educacionais no contexto da Educação Especial Brasileira*.Revista Inclusão: Número 1, 2005, MEC/SEESP

GLAT, Rosana. BLANCO, Leila de Macedo Varela. *Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva*. In: GLAT, R. (Org.). *Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. P. 15-35. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?id=LduRS34UuWgC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=LduRS34UuWgC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) . Acesso em: 08 jun 2015

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas, n.3. São Paulo: 1995

LUIZ, Flavia Mendonça Rosa. *Experiências de professoras da educação infantil no processo de inclusão escolar de crianças com síndrome de Down*. 2011. 154 p. Tese (Doutorado em Ciências)- Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Caminhos pedagógicos da inclusão*. Universidade Estadual de Campinas / Unicamp. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Reabilitação de Pessoas com Deficiência - LEPED/ FE/Unicamp. 2002. Disponível em:

<http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?view=article&catid=6:ed> Acesso em: 26 out. 2014

MANTOAN, Maria Teresa Églér. *Interação X Inclusão : Escola (de qualidade) para todos. Pró-Inclusão*. São Paulo: [s.n], [s.d]. Não Paginado. Disponível em: <http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html#topo>. Acesso em: 26 out. 2014

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOARES, José Francisco. *Qualidade da Educação: qualidade de escolas*. In: VIANA, Fabiana Silva et al. *A Qualidade da Escola Pública no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 75-96.

SOUZA, Beatriz Vianna e. *Educação Infantil e Políticas Públicas: um olhar a respeito da garantia de educação das crianças menores de seis anos*. 2014. 47 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

TURETTA, Beatriz Aparecida dos Reis. *Crianças com necessidades especiais na educação infantil: um estudo sobre o Brincar*. XVI ENDIPE, UNICAMP, Campinas, 2012.

UNESCO. *Declaração de Salamanca*. Espanha, 1994. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 05 março 2016, as 1h34min.

\_\_\_\_\_. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien: Tailândia, 1990. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> . Acesso em: 05 março 2016, as 2h09min.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.